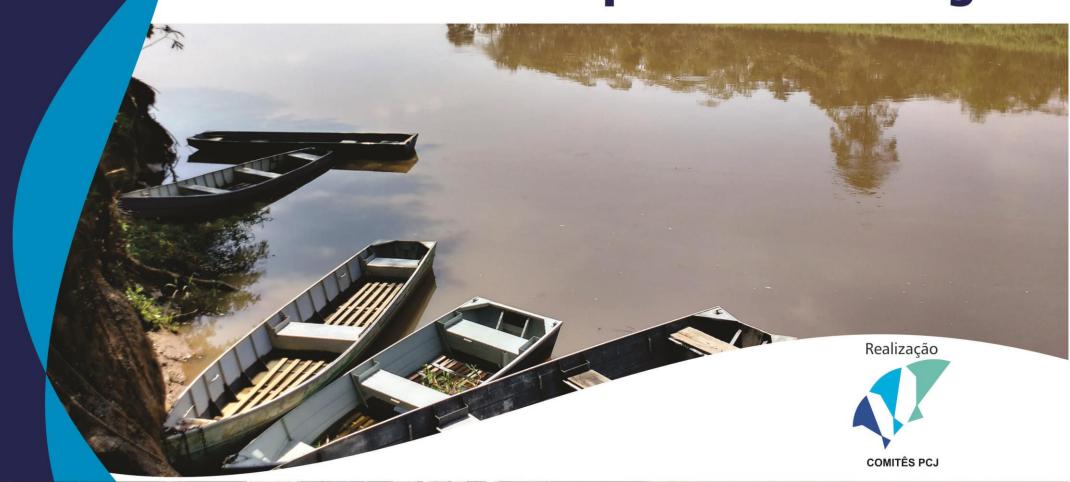
PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI 2020-2035

CADERNO TEMÁTICO DE Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias



TITULAR DA OBRA

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

Rua Alfredo Guedes, 1949 - Sala 604

Higienópolis - CEP 13416-901

Piracicaba - SP

Fone/Fax: (19) 3437-2100 www.comitespcj.org.br www.agencia.baciaspcj.org.br

TÍTULO DO DOCUMENTO 1

Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2020 a 2035 - Caderno Temático de Educação Ambiental. Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias.

AUTOR-ENTIDADE DO PLANO DAS BACIAS PCJ 2020 A 2035

Consórcio Profill-Rhama - Profill Engenharia e Ambiente S.A. e Rhama Consultoria, Pesquisa e Treinamento.

Endereço:

Profill Engenharia e Ambiente S.A: Avenida Iguaçu, 451 6º andar – Petrópolis; Porto Alegre/RS;

CEP: 90470-430

Contato: profill@profill.com.br

Rhama Consultoria, Pesquisa e Treinamento:

Avenida Cristóvão Colombo, 3084/702 - Floresta; Porto Alegre/RS;

CEP: 90560-002

Contato: contato@rhama.com.br

LOCAL DA PUBLICAÇÃO

PIRACICABA - SÃO PÁULO - BRASIL

MÊS E ANO DE PUBLICAÇÃO

dezembro/2020

Nota 1 O presente documento tem finalidade de comunicação e foi preparado pela Coordenação de Sistema de Informações da Agência das Bacias PCJ, com base no Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, que por sua vez foi aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/2020. O conteúdo deste caderno não sobrepõe nem substitui o Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035.

Dados de Catalogação na Publicação DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP

Plano de recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2020 a 2035: caderno temático de educação ambiental, integração e difusão de pesquisas e tecnologias / executado por Consórcio Profill-Rhama; organizado por Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. - - Piracicaba: Consórcio Profill-Rhama, 2020.

28 p.: il.

Publicado originalmente no Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035

CDD 551.483

Elaborada por Maria Angela de Toledo Leme - CRB-8/3359

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

Barjas Negri – Presidente (afastado a pedido em abril/2020)

CBH-PCJ

Marco Antônio dos Santos – Vice-presidente (Presidente em exercício desde abril/2020) Luiz Roberto Moretti – Secretário Executivo André Luiz Sanchez Navarro – Secretário Executivo Adjunto

Barjas Negri – Presidente (afastado a pedido em abril/2020)

José Maria do Couto – 1ª Vice-presidente (afastado a pedido em abril/2020 e desligado em julho/2020) Marco Antônio dos Santos – 2ª Vice-presidente e

Presidente em exercício (de abril a agosto/2020)

Damião Aparecido do Couto – 1ª Vice-presidente e Presidente em exercício (de agosto a setembro/2020)

Sidney José da Rosa – 1ª Vice-presidente e Presidente em exercício (desde outubro/2020) Luiz Roberto Moretti – Secretário Executivo

José Maria do Couto – Presidente (afastado a pedido em abril/2020 e desligado em junho/2020)

Damião Aparecido do Couto – Presidente em exercício (de abril a setembro/2020), Vicepresidente (até setembro/2020) e Secretário Executivo (desde outubro/2020)

Sidney José da Rosa – Presidente (desde outubro/2020) e Secretário Executivo (até setembro/2020)

CBH-PJ 1

Laene Fonseca Vilas Boas - Secretária Executiva Adjunta (até setembro de 2020) e Vice-presidente (desde outubro/2020)

Jeferson Benedito Rennó – Secretário Executivo Adjunto (de outubro até novembro/2020)

COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLANO DAS BACIAS PCJ 2020 A 2035

CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Adriana A. R. Vahteric Isenburg (ASSEMAE) André Luiz Sanchez Navarro (SIMA) Raquel Eliana Metzner (IPSA-C) Tarciani B. Baia Santos (ASSEMAE) Viviane Maria Beduschi de Arantes (DAEE) Harold Gordon Fowler (in memorian) (IPSA/UNESP-IB)

PCJ FEDERAL

GRUPO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DAS BACIAS PCJ 2020 A 2035

Adriana A.R. V. Isenburg (ASSEMAE) Amanda Alves de Lima (ASSEMAE) Ana Paula Fernandes Abrahão (ABCON) André Luiz Sanchez Navarro (SIMA) Andréia Daniela Modenez Carvalho (DAEE) Angelo César Bosqueiro (CATI) Camila Barbosa (Instituto Agir Ambiental) Carlos Alberto Miranda da Silva (AESABESP) Carlos Henrique da Silva (IPSA-C) Daniela Valerio Debbani (P.M. de Jaguariúna) Danielle França Nery (P.M. de Indaiatuba) Denis Herisson da Silva (CDRS) Fábio Alexandre Massa (DAE Valinhos) Fernando Henrique Capato (P.M. de Holambra) Flávio Forti Stenico (Consórcio PCJ) Francisco Antonio Moschini (Consórcio Piraí) Gilson Camargo da Silva (UNICA) Gladis Meiry Matteo (ASSEMAE) Gustavo Arthur Mechlin Prado (ASSEMAE) Gustavo Ferraz de Arruda Vieira (CDRS) Hélio Rubens G. Figueiredo (SABESP) Henrique Bellinaso (CDRS) Hugo Marcos Piffer Leme (SEMAE) José Antonio Ferreira (DAE Jundiaí) Karoline Monaro (P.M. de Indaiatuba) Lara Dias de Jesus e Sousa (SABESP) Lilian Cristina de Moraes Guimarães Bozzi (Consórcio PCJ) Luciana Carla Ferreira de Souza (P.M. de Jaguariúna) Luiz Pannuti Carra (ABCON) Marcelo Akira Mizutani (UNICA) Márcio de Araújo Silva (ANA)

Maria das Gracas Martini (DAE Jundiaí)

Mariana Vieira de Campos Kouichi (DAAE - Rio Claro) Martim de França Silveira Ribeiro (DAE Jundiaí) Maurício Perissinotto (CDRS) Maurício Polezi (SABESP) Michele Consolmagno (CIESP - DR Braganca Paulista) Myrian Nolandi Costa (ASSEMAE) Natália de Freitas Colesanti Perlette (ASSEMAE) Natália Molina Franco (DAAE - Rio Claro) Nilton de Santana (SABESP) Osman Fernandes da Silva (ANA) Paulo Roberto Iamarino (P.M. de Jaguariúna) Paulo Roberto Szeligowski Tinel (ASSEMAE) Petrus Bartholomeus Weel (P.M. de Holambra) Rafael Jó Girão (Instituto Agir Ambiental) Raquel Eliana Metzner (IPSA-C) Ricardo Ferreira Abdo (P.M. de Jaguariúna) Roberta Loureiro da Silva (DAE Valinhos) Roberto Mario Polga (Consórcio Piraí) Rosemeire Aparecida Moreira (DAE Jundiaí) Sebastião Vainer Bosquilia (DAEE) Silvana Turolla Broleze (P.M. de Jaguariúna) Tarciani Benedita Baia Santos (ASSEMAE) Thatiane Surian (DAAE - Rio Claro) Vanessa Cristina do Carmo Kühl (Consórcio Piraí) Vera Lúcia Rotger Aranha Gazal (SABESP)

Viviane Arana Sabadin Rosada (DAEE)

COLABORAÇÃO

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Maria Luísa Bonazzi Palmieri (Instituto Florestal) Elizabeth da Silveira Nunes Salles (Prefeitura de Piracicaba) Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (ASSEMAE/SANASA)

Fernando César Grion (Diretoria de Ensino de Piracicaba)

Cibele Quirino (IPÊ) Andrea Pupo (IPÊ)

Hadassa Leticia de Oliveira (Prefeitura de Cordeirópolis)

Letícia Maria Pereira (Associação Mata Ciliar) Rosimeire Aparecida de Oliveira (Casa do Amor Fraterno)

Tiago Valentim Georgette (IPSA-C) Maria Karolina da Silva Tamberlini (Prefeitura de Campo Limpo Paulista)

CÂMARA TÉCNICA DE ÎNTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

Tadeu Fabrício Malheiros (EESC-USP) Luiz Antônio Carvalho e Silva Brasi (Rotary Internacional -D4590) Luís Eduardo Gregolin Grisotto (ABES-SP) Dafne Côrrea da Silva (ABES-SP) Fernando Ribeiro Rossilho (ASSEMAE)

ORGANIZAÇÃO

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

Sergio Razera – Diretor Presidente Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi- Diretora Técnica Ivens de Olivera – Diretor Administrativo e Financeiro

EQUIPE TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DAS BACIAS PCJ 2020 A 2035

COORDENAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

Eduardo Cuoco Léo Aline Doria de Santi Diogo Bernardo Pedrozo Mayara Sakamoto Lopes

PARCERIA

Labsid – Laboratório de Sistemas de Suporte à Decisões (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP)

EXECUÇÃO DO PLANO DAS BACIAS

CONSÓRCIO PROFILL- RHAMA

PCJ 2020 A 2035

Eng. M.Sc.Mauro Jungblut

COORDENAÇÃO GERAL

Eng. M.Sc.Sidnei Gusmão Agra

COORDENAÇÃO TÉCNICA

COORDENAÇÃO EXECUTIVA Enga Paula Riediger Enga Cíntia Sallet

Oceanólogo, M.Sc. Rodrigo Menezes

COORDENAÇÃO CADERNOS TEMÁTICOS

Eng. M.Sc Sidnei Gusmão Agra

ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA

SUPERFICIAIS:

Eng. PhD. Carlos E.M. Tucci

GARANTIA DE SUPRIMENTO HÍDRICO:

Eng. M.Sc. Carlos Bortoli

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS:

Geólogo, Dr. Antônio A. J. Krebs

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS:

CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL E RECUPERAÇÃO FLORESTAL:

Biólogo, Dr. Willi Bruschi Jr.

EQUIPE TÉCNICA CADERNOS TEMÁTICOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS:

Comunicação Social, M.Sc Karina Agra Enga. Rozane Nogueira Enga Paula Riediger Estág Paola Marques Kuele Geógrafa, M.Sc. Isabel Rekowsky

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	SÍNTESE DOS CONDICIONANTES DO PLANO DE AÇÃO	13
3	METODOLOGIA PARA A PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES	15
4	ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÕES E FONTES DE FINANCIAMENTO	17
	PLANO DE AÇÕES DO CADERNO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISA CNOLOGIAS	
	SÍNTESE DA PRIORIZAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES	
	DIRETRIZES ESTRATÉGIAS PARA O TEMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS	
1		∠0

1 INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, preparado pela equipe da Coordenação de Sistema de Informações da Agência das Bacias PCJ a partir do Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, que foi, por sua vez, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ n° 332/2020. Os Cadernos Temáticos possuem intuito exclusivo de disseminação e divulgação do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, não substituindo nem tampouco sobrepondo as disposições do seu Relatório Final.

Os trabalhos do Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 foram conduzidos pelo Consórcio PROFILL-RHAMA, formado pelas empresas Profill Engenharia e Ambiente e Rhama Consultoria, Pesquisa e Treinamento, com coordenação da Agência das Bacias PCJ, em articulação com os órgãos gestores de recursos hídricos com atuação nas bacias (ANA, IGAM e DAEE), e com o acompanhamento dos Comitês PCJ.

O processo de estruturação do Plano de Bacias, que iniciou em 2016, foi estruturado em cinco etapas, conforme descritivo apresentado a seguir:

- Etapa preliminar: planejamento e organização para os trabalhos;
- ETAPA 1 Revisão e Atualização do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, abrangendo o Diagnóstico, o Prognóstico e o Plano de Ações e Metas. Etapa concluída em 27 de abril de 2018, data de aprovação do Relatório Final de Revisão do Plano 2010 a 2020;

- ETAPA 2 Caderno de Garantia de Suprimento Hídrico abordando os seguintes temas: Renovação da Outorga do Cantareira; Barragens de grande porte; Sistema adutor das Barragens de Pedreira e Duas Pontes; Barramentos complementares; Estratégias de conservação do solo e recuperação florestal; Estudos para definição de plano diretor de reuso da água, entre outros;
- ETAPA 3 Cadernos Temáticos sobre os seguintes temas: 1)
 Educação Ambiental; 2) Conservação e Uso da água no Meio Rural
 e Recuperação Florestal; 3) Água Subterrânea; e 4)
 Enquadramento dos Corpos d'água superficiais;
- Etapa Final, relativa à consolidação dos estudos e edição dos produtos finais do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035.

OS CADERNOS TEMÁTICOS

No contexto de elaboração das Etapas 2 e 3 do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 foram elaborados 05 Cadernos Temáticos, contemplando temas notáveis e estratégicos para as Bacias PCJ, que necessitavam de um estudo direcionado, em conjunto com os Comitês PCJ, para a geração de subsídios para a gestão dos recursos hídricos. Os cinco cadernos temáticos, ilustrados na Figura 1.1, são os seguintes:

Os cinco cadernos temáticos, ilustrados na Figura 1.1, são os seguintes:

- Garantia de suprimento hídrico (GSH);
- Águas subterrâneas (AS);
- Conservação e uso da água no meio rural e recuperação florestal (CRF);
- Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (EAIDPT);
- Enquadramento dos corpos d'água superficiais (ECA).

Com a aprovação do Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, pela Deliberação dos Comitês PCJ n° 332/2020, os cadernos temáticos foram atualizados pela Agência das Bacias PCJ, para fins de divulgação dos temas estratégicos do conteúdo constante no Plano de Bacias. Todos os conteúdos inseridos derivam do Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 e encontram-se devidamente referenciados no presente documento. Destaca-se que, em havendo revisões do Plano de Bacias, os cadernos temáticos também deverão ser revisados.



Figura 1.1 - Cadernos Temáticos do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035

Cada Caderno Temático é constituído por 5 produtos, listados abaixo, sendo o presente documento correspondente ao P5 (**Caderno Temático Final**), que consolida o conteúdo dos outros quatro produtos.

- P1. Relatório preliminar;
- P2. Relatório final;
- P3. Minuta do Caderno Temático;
- P4. Versão preliminar do Caderno Temático;
- P5. Caderno Temático Final.

O CADERNO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

Este documento apresenta o Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias. O trabalho desenvolvido foi coordenado pela Agência PCJ, em articulação com os órgãos gestores de recursos hídricos e acompanhamento dos Comitês das Bacias PCJ, em especial, as Câmaras Técnicas de Educação Ambiental (CT-EA) e Integração e Difusão (CT-ID), Acompanhamento do GT - Acompanhamento (no âmbito da CT-PB).

O Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias resulta de um longo e frutuoso processo de construção coletiva da equipe técnica do Consórcio PROFILL-RHAMA, conjuntamente com as Câmaras Técnicas de Educação Ambiental (CT-EA) e Integração e Difusão (CT-ID), Acompanhamento do GT - Acompanhamento (no âmbito da CT-PB). E, também, das contribuições recebidas nas reuniões intercâmaras, ocorridas em agosto de 2019. Os produtos desenvolvidos na Etapa 3 são simplificadamente descritos na Figura 1.2.

P1 - Relatório Preliminar

 Introdução à Temática, diagnóstico objetivo do problema e as possíveis abordagens para solução, que serão desenvolvidas no próximo produto.

P2 - Relatório Final

- Execução das metodologias e levantamentos específicos (dependendo do caderno temático e do tema) e apresentação de resultados, alinhados aos levantamentos e discussões com as CTs;
- Apresentação da proposta inicial das ações relacionadas às temáticas, a partir dos levantamentos e análises realizadas:

P3 – Minuta do Caderno

- · Documento de transição, contendo o conteúdo executivo, de base técnica, discutido com as CTs;
- Apresentação da proposta de alteração da identidade visual do produto, sendo ela comum a todos os cadernos;
- Estrutura de sumário comum a todos os cadernos temáticos
- · Detalhamento das ações propostas no P2;

P4 – Caderno Preliminar

- Produto de caráter gerencial, prático e executivo;
- · Identidade visual aprovada entre os Cadernos Temáticos;
- Padronização da estrutura do Caderno Temáticos, respeitando as diferenças entre os temas;
- Conteúdo discutido ao longo da elaboração do caderno temático bastante resumido, contendo somente informações estratégicas para o tema e os aprimoramentos e alterações demandadas da versão anterior;
- Conclusão do caderno na forma de proposta para discussão na Consulta Pública;

P5 - Caderno Final

Figura 1.2 – Fluxo de cadernos elaborados na Etapa 3.

2 SÍNTESE DOS CONDICIONANTES DO PLANO DE AÇÃO

Os princípios norteadores do Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CEAIDPT) estão baseados nos princípios da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Nº 9.795/99) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), bem como na atuação dos Comitês PCJ na temática, sobretudo nas diretrizes e princípios expressos na Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, respeitando-se, ainda, as legislações dos Estados de Minas Gerais e São Paulo sobre o tema.

Assim posto, os esforços em EA nas Bacias PCJ devem observar os *princípios* da **pluralidade**, da **complexidade**, da **diversidade** e da **transversalidade**. As proposições devem assegurar aos atores sociais envolvidos informação e formação continuadas. As ações e atividades devem considerar a realidade local como ponto de partida, com foco no conhecimento do ambiente natural, na garantia da qualidade de vida e na construção sociedades ambientalmente responsáveis, economicamente viáveis, culturalmente diversas, politicamente atuantes, socialmente justas e hidricamente sustentáveis.

Aliado a esse contexto, tem-se a inserção no âmbito do Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CEAIDPT) o objetivo de interação/atendimento do Programa de Duração Continuada (PDC) 8 "Capacitação técnica, educação ambiental e comunicação social" do Plano de Bacias 2010-2020, à Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ e à transversalidade com os demais Programas

do PDC, apresentados no Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2020 a 2035.

Destaca-se que a **Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ** tem como um dos seus objetivos a integração da educação ambiental na gestão dos RH, de forma que a temática seja um componente essencial e permanente, bem como seja realizada uma priorização das ações em EA, no âmbito dos Planos de Bacia, para uma melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis. O Caderno também busca promover, estimular e articular parcerias para o aprimoramento dos conhecimentos e das práticas em EA e para a integração e difusão de pesquisas e tecnologias.

Considerando que a educação ambiental, em suas diversas formas de aplicação, pode ser um **processo de construção coletiva** voltada para a transformação social, direta e ativa, o Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias leva em consideração as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Educação Ambiental e pela Política de Educação Ambiental das Bacias PCJ.

Não se pode ignorar que as ações apresentadas também contemplam a interface da temática Educação Ambiental nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ, que definiu diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentados pelos empreendimentos, no âmbito do licenciamento ambiental (conforme a deliberação nº 204/14).

Tratada de maneira **crítica e propositiva** a teia de relações entre os objetivos da Educação Ambiental na Gestão de Recursos Hídricos e os demais temas técnicos, espera-se como resultado desse processo, uma abordagem convergente, que crie espaço para a construção e inclusão de novos saberes, para a partilha, a ressignificação e o diálogo entre os diferentes saberes.

Nesse sentido, é importante destacar a relação dos objetivos deste caderno com a **Agenda 2030** e seus **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, das Nações Unidas, que destacam a relevância das ações locais no contexto global. Utilizada com referência para a elaboração de políticas públicas em todo o mundo, a Agenda 2030, apresenta 169 metas claras, para a melhoria da vida no planeta como um todo, através da erradicação da pobreza e da promoção da vida digna, para todos. Essa agenda, visa uma parceria global, em que todos os países são convidados a adotarem os objetivos e metas, conforme suas próprias prioridades.

Neste documento foram consideradas as urgências e demandas dos demais Caderno Temáticos e do Plano de Ações do Plano, conforme a orientação metodológica da análise transversal da educação ambiental.

Nos capítulos a seguir, estão descritas as proposições para o atingimento de metas propostas para as Bacias PCJ, assim como para a conservação e a recuperação dos recursos hídricos, em atendimento às normas aplicáveis aos temas estudados.

O CEAIDPT também atende aos objetivos do Plano de Duração Continuada (PDC 8), em consonância com a Política de Educação Ambiental (das Bacias PCJ), tratando dos temas dos subprogramas do Plano das Bacias PCJ.

Da mesma forma que as políticas de EA são precursoras para determinação das ações a serem implementadas, surge o Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, como instrumento executivo de gestão e planejamento, para definir, a partir da construção conjunta com os Comitês PCJ, as ações que irão compor os projetos que atenderão aos objetivos definidos pelas políticas e as demandas do Plano das Bacias PCJ.

3 METODOLOGIA PARA A PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

A priorização das ações do CEAIDPT iniciou-se na elaboração dos produtos anteriores, Relatório Preliminar - P1 (introdução da temática e indicações da situação atual da temática) e no Relatório Final – P2 (complementação do P1, indicação preliminar das ações e priorização). A construção da listagem de ações, diretrizes e temáticas que compreendem a versão preliminar do Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, iniciou-se com reuniões junto ao Grupo de Trabalho - Caderno, da CT-EA e CT-ID, resultando numa proposição de ações estratégicas, com a indicação da área de abrangência, públicos de interesse e informações complementares. Também foram realizados seminários de integração com os especialistas das equipes técnicas dos demais Cadernos Temáticos para a avaliação da transversalidade das ações propostas. O resultado do cruzamento das contribuições do Grupo de Trabalho Caderno, dos seminários técnicos de integração e das contribuições recebidas das reuniões intercâmaras estão apresentadas neste documento.

As ações do Caderno foram agregadas por seus vínculos com os temas estratégicos do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035:

- Melhoria da Qualidade da Água;
- Garantia do Suprimento Hídrico;
- Conservação de Mananciais.

As ações foram também correlacionadas aos subprogramas do PDC-8, conforme segue:

- Sub-PDC 8.1 Capacitação técnica relacionada ao planejamento e gestão de RH;
- Sub-PDC 8.2 EA vinculada às ações dos planos de recursos hídricos;
- Sub-PDC 8.3 Comunicação social e difusão de informação relacionada à gestão de RH).

Desse processo, resultou uma listagem de quatro (4) Eixos Temáticos, seis (6) programas e 12 ações, com a indicação dos diferentes públicos e áreas de abrangência, sendo para toda as Bacias PCJ ou de acordo com a transversalidade do tema e com a priorização dos demais cadernos temáticos.

É importante destacar que as ações deste caderno temático foram priorizadas com base nos resultados do processo construção coletiva deste instrumento de gestão, e também com os subsídios gerados das consultas aos Comitês PCJ nas reuniões Intercâmaras, resultando em uma priorização com cinco (5) classes de prioridade: Muito Alta, Alta, Média, Baixa e Muito Baixa.

ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA PARA A INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES

Diante da necessidade estabelecer um ponto inicial para a implementação das ações, uma varável importante definida foi a indicação, quando aplicável, de uma área de abrangência para as ações.

No caso de ações associadas à Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, foi utilizado como critério de indicação de área de abrangência o contexto atual de implantação da temática Educação Ambiental nos dispositivos legais dos municípios das Bacias PCJ.

O Caderno de Enquadramento identificou áreas críticas para os temas de Coleta e tratamento de esgotos, em nível secundário e terciário, sendo os municípios ranqueados em cinco classes (1 - menos crítico até 5 - mais

crítico), como pode ser observado no Capítulo 21 do Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035.

O Caderno de Garantia de Suprimento Hídrico apresentou uma lista de municípios e ACs prioritários para os temas de reúso, redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento, como apresentado no Capítulo 21 do Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035.

O Caderno Temático de Conservação e Uso da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal (CRF), apresenta mapas síntese com prioridades para os seguintes temas: Áreas sujeitas à restrição de uso com vistas à proteção de recursos hídricos, Uso da água no meio Rural, Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga e Saneamento Rural. Os mapas podem ser no Capítulo 21 do Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035.

4 ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÕES E FONTES DE FINANCIAMENTO

Este item apresenta a estrutura do Plano de Ações, comum a todos os cadernos Temáticos, bem como o detalhamento das fontes de recursos disponíveis, provenientes das Cobranças Federal, FEHIDRO (composto por recursos da Cobrança Paulista e da compensação financeira e royalties recebidos pelo Estado em decorrência dos aproveitamentos hidroenergéticos) e da Cobrança Mineira.

O Plano de Ação dos Cadernos Temáticos se propõe a ser um plano definido a partir do estudo de **temas específicos** para os temas de Garantia de suprimento hídrico, Enquadramento dos corpos d'água superficiais, Águas subterrâneas, Conservação e uso da água no meio rural e recuperação florestal e Educação ambiental para as Bacias PCJ, no horizonte de tempo de

planejamento do Plano, compreendido entre **2020 e 2035** e seus devidos requisitos orçamentários.

ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES E FONTES DE RECURSOS

O Plano de Ações é totalmente articulado com os Programas de Duração Continuada (PDCs) estabelecidos pela Deliberação nº 190/16 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, com o Programa de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ – PAP PCJ e com o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (Figura 4.1). As articulações podem ser consultadas no Capítulo 23.5 do Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035.

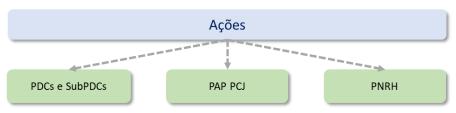


Figura 4.1 – Articulação das ações

As figuras a seguir (Figura 4.2 a Figura 4.4) ilustram o montante dos recursos provenientes das Cobranças Paulista, Federal e Mineira. O total arrecadado desde o início da cobrança pelo uso da água, até 2018, soma R\$ 403.769.657,11. Deste montante, a Cobrança Federal soma R\$ 212.212.823,69, a Cobrança Estadual e compensação financeira, R\$

190.612.330,99 e a Cobrança Mineira R\$ 944.502,43. Dentre as fontes de financiamento para as ações, a cobrança mineira é a menos expressiva, devido ao fato da porção da bacia localizada em MG ser bastante reduzida em comparação com a porção paulista. Tal fonte será tratada com maior

detalhe no Sumário Executivo da UPGRH PJ 01 (Bacias Piracicaba e Jaguari, em Minas Gerais).

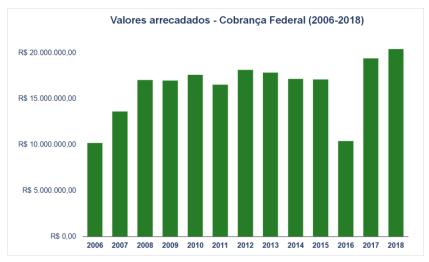


Figura 4.2 – Valores arrecadados pelas Cobranças Federal (2006-2018). (AGÊNCIA PCJ, 2019)



Figura 4.3 – Valores arrecadados pelas Cobranças Estadual Paulista (2007-2018). (AGÊNCIA PCJ, 2019)

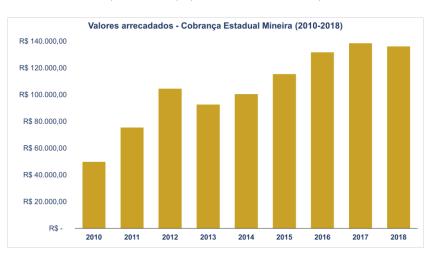


Figura 4.4 – Valores arrecadados pelas Cobranças Estadual Mineira (2010-2018) (AGÊNCIA PCJ, 2019)

Recursos potencialmente disponíveis para custeio das Ações

A fim de estimar os recursos potencialmente disponíveis para o custeio das ações dos Cadernos Temáticos, foram obtidas informações das Agências PCJ, com uma estimativa dos recursos provenientes dos recursos provenientes do FEHIDRO (composto por recursos da Cobrança Paulista e da compensação financeira e royalties recebidos pelo Estado em decorrência dos aproveitamentos hidroenergéticos) e da Cobrança Federal e Mineira.

Analisando a perspectiva de recursos disponíveis, até 2035, (Quadro 4.1), verifica-se que os recursos estimados para a arrecadação com a Cobrança Federal e FEHIDRO, que totalizam **R\$ 715.316.589,02**, têm potencial para financiar as ações indicadas para essas fontes.

Quadro 4.1 - Perspectiva de arrecadação do FEHIDRO, Cobrança Federal e Cobrança Mineira até 2035.

Ano	Cobrança Federal (R\$)	FEHIDRO (R\$)	Cobrança Mineira (R\$)	Total (R\$)
2021	22.320.613,10	17.991.635,19	135.069,91	40.447.318,20
2022	22.975.923,75	18.059.641,34	135.069,91	41.170.634,99
2023	23.782.986,90	17.575.020,77	135.069,91	41.493.077,57

Ano	Cobrança Federal (R\$)	FEHIDRO (R\$)	Cobrança Mineira (R\$)	Total (R\$)
2024	24.734.306,37	18.218.583,05	135.069,91	43.087.959,33
2025	25.723.678,63	18.218.583,05	135.069,91	44.077.331,59
2026	26.752.625,77	18.218.583,05	135.069,91	45.106.278,73
2027	27.742.472,93	18.218.583,05	135.069,91	46.096.125,89
2028	28.768.944,43	18.218.583,05	135.069,91	47.122.597,38
2029	29.833.395,37	18.218.583,05	135.069,91	48.187.048,33
2030	30.937.231,00	18.218.583,05	135.069,91	49.290.883,96
2031	32.484.092,55	18.218.583,05	135.069,91	50.837.745,51
2032	34.108.297,18	18.218.583,05	135.069,91	52.461.950,13
2033	35.813.712,03	18.218.583,05	135.069,91	54.167.364,99
2034	37.604.397,64	18.218.583,05	135.069,91	55.958.050,59
2035	39.484.617,52	18.218.583,05	135.069,91	57.838.270,48
2021-2035	443.067.295,15	272.249.293,87	2.026.048,65	717.342.637,67

ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÕES

Na Figura 4.5 apresenta-se a estrutura do Plano de Ações, que está estruturada em **Eixos Temáticos**, definidos pelos temas centrais abrangidos pelos cadernos temáticos, **Programas**, elaborados e detalhados a fim de responder às necessidades de intervenção de um tema, que abrange as **ações**.

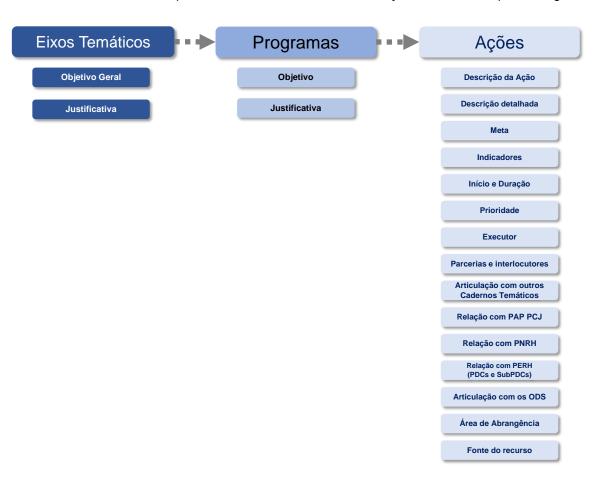


Figura 4.5 - Estrutura do Plano de Ações

O Plano de Ações do Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias é estruturado em Quatro (4) Eixos Temáticos, 6 (seis) programas e 12 ações (Figura 5.1), com a indicação dos diferentes públicos de abrangência de cada uma delas e abrangência em todo o território das Bacias PCJ.



Figura 5.1 – Estrutura do Plano de Ações

Os quatro eixos temáticos são a seguir nominados:

- EIXO TEMÁTICO 1: Fortalecimento institucional, planejamento e gestão dos recursos hídricos;
- EIXO TEMÁTICO 2: Comunicação institucional dos Comitês PCJ e difusão de pesquisas e tecnologias em recursos hídricos;
- EIXO TEMÁTICO 3: Capacitação técnica relacionada ao planejamento e com a gestão dos recursos hídricos;
- EIXO TEMÁTICO 4: Educação Ambiental voltada à conservação dos recursos hídricos em áreas e áreas protegidas.

No Quadro 5.1 são apresentadas as ações planejadas no âmbito do Tema Estratégico de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias. O detalhamento de cada ação pode ser consultado no **Anexo XXX** do Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035.

Quadro 5.1 - Síntese do Plano de Ações

_	Código		Praz		Responsáveis	,		Investimento mínimo	Fontes principais	Proposta de
Tema Estratégico	da ação	Ação	Início	Fim	indicados para execução	Abrangência	Prioridade	necessário (R\$)	indicadas para financiamento	indicadores de monitoramento
EA	5.1.1.1	Elaboração e execução de um Plano de Comunicação para o fortalecimento da comunicação entre a sociedade civil e os Comitês PCJ	2021	2035	Agência das Bacias PCJ	Bacias PCJ	Muito Alta	11.250.000,0 0	Cobrança Federal/Fehidro	Documentação da execução da ação
EA	5.1.2.1	Elaboração de diagnóstico da situação dos programas de educação ambiental dos empreendimentos analisados pelos Comitês PCJ	2030	2030	Agência das Bacias PCJ	Bacias PCJ	Baixa	1.000.000,00	Cobrança Federal/Fehidro	Nº de empreendimentos diagnosticados; Nº de ações de educação ambiental previstas/efetivadas pelos empreendimentos, conforme indicação em seus Planos Básicos Ambientais.
EA	5.1.2.2	Elaboração de proposta de acompanhamento dos Programas de Educação Ambiental dos empreendimentos analisados pelos Comitês PCJ.	2030	2031	Agência das Bacias PCJ	Bacias PCJ	Muito Baixa	700.000,00	Cobrança Federal/Fehidro	Procedimentos elaborados e Nº de informações inseridas na Plataforma.
EA	5.2.1.1	Realização de processos formativos de comunicadores	2024	2028	Agência das Bacias PCJ	Bacias PCJ	Média	395.178,64	Cobrança Federal/Fehidro	Nº de comunicadores formados; Nº de peças de comunicação produzidas pelos participantes e veiculadas nos meios de comunicação; Nº de processos educomunicativos realizados pelos participantes; Nº de representantes que iniciarem

Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2020-2035

	Código		Praz	os	Responsáveis indicados para execução	Abrangência	Prioridade	Investimento mínimo necessário (R\$)	Fontes principais indicadas para financiamento	Proposta de
Tema Estratégico	da ação	Ação	Início	Fim						indicadores de monitoramento
										participação no processo formativo; Nº de representantes que finalizarem participação no processo formativo; Nº de encontros definidos no calendário e encontros realizados.
EA	5.2.1.2	Realização de processos formativos e campanhas educativas sobre a realidade das Bacias PCJ	2021	2035	Agência das Bacias PCJ	Bacias PCJ	Muito Alta	6.870.694,16	Cobrança Federal/Fehidro	Documentação da execução da ação
EA	5.2.1.3	Elaboração e divulgação de materiais educativos	2024	2035	Agência das Bacias PCJ	Bacias PCJ	Média	4.200.000,00	Cobrança Federal/Fehidro	Nº de materiais produzidos; Nº de materiais impressos; Nº de acesso ao material digital; Nº de downloads; e Nº Interações nas redes sociais.
EA	5.2.2.1	Elaboração de propostas para órgãos de financiamento em pesquisas	2024	2029	Agência das Bacias PCJ	Bacias PCJ	Média	374.090,10	Cobrança Federal/Fehidro	Nº de propostas elaboradas; Nº de propostas executadas; Valores alavancados para pesquisas voltadas para os desafios das Bacias PCJ por meio das linhas de fomento criadas e existentes.
EA	5.2.2.2	Divulgação e facilitação de acesso à informação sobre pesquisas (em execução e concluídas) e inovações tecnológicas	2030	2035	Agência das Bacias PCJ	Bacias PCJ	Baixa	450.000,00	Cobrança Federal/Fehidro	Identificação dos tipos de públicos que têm acesso à ferramenta. Meios de verificação:

	Código	la Ação	Prazos		Responsáveis			Investimento mínimo	Fontes principais	Proposta de
Tema Estratégico	da ação		Início	Fim	indicados para execução	Abrangência	Prioridade	necessário (R\$)	indicadas para financiamento	indicadores de monitoramento
										Informação solicitada ao usuário.
EA	5.2.2.3	Apoio ao desenvolvimento e difusão de pesquisas e tecnologias que contribuam no enfrentamento dos desafios identificados no Plano das Bacias PCJ	2024	2035	Concessionária s dos Serviços de Esgotamento Sanitário, Universidades, Consórcio PCJ.	Bacias PCJ	Alta	3.000.000,00	Cobrança Federal/Fehidro	Documentação da execução da ação
EA	5.3.1.1	Processos formativos de representantes dos poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários sobre a realidade socioambiental das Bacias PCJ e as prioridades do Plano de Bacias	2021	2035	Parceiro	Bacias PCJ	Muito Alta	1.083.914,57	Cobrança Federal/Fehidro	Documentação da execução da ação
EA	5.3.1.2	Elaboração de um Plano de Capacitação Técnica e realização de processos formativos nas áreas de atuação das Câmaras Técnicas	2021	2035	Agência das Bacias PCJ	Bacias PCJ	Muito Alta	4.600.000,00	Cobrança Federal/Fehidro	Documentação da execução da ação
EA	5.4.1.1	Construção de propostas para a recuperação, conservação e proteção dos recursos hídricos em áreas rurais	2021	2026	Agência das Bacias PCJ	Bacias PCJ	Muito Alta	386.309,69	Cobrança Federal/Fehidro	Documentação da execução da ação
		RECURSO FINANCEIRO TOTAL			R\$ 34.310.187	,16				

ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA PARA OS INDICADORES QUALITATIVOS

Por conta da dimensão interdisciplinar e abrangência social das ações do plano de ações do Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, faz-se necessária uma abordagem com ferramentas qualitativas de verificação, que possa verificar as interações com seus públicos e mudanças de postura pretendidas. Essas ferramentas podem considerar o contexto e aceitam o ponto de vista do investigado, como dados de análise, oferecendo mais riqueza de informações e complementaridade aos dados quantitativos. O conjunto de ações que compõe o plano de ações deste caderno temático pode ser organizado em cinco grupos de atividades, conforme descrito a seguir, sendo que em todas é possível a inferência com ferramentas qualitativa, que possam ser convertidas, quando desejado, em tabulações e análises percentuais.

- Eventos e Reuniões: realizar pesquisa de satisfação com os participantes e equipe organizadora.
- Estudos e Levantamentos: realizar pesquisa sobre as dificuldades encontradas na realização do trabalho e quais soluções foram encontradas com a equipe organizadora.
- Formações: (a) Presenciais realizar pesquisa de posicionamento quanto ao aproveitamento dos conteúdos e avaliação do material utilizado/recursos disponibilizados; (b) Não-presenciais (EAD) realizar pesquisas de atitude, através de ferramenta digital para respostas após ação para verificar o engajamento e percepção quanto ao aprendizado que a experiência lhe proporcionou e se é suficiente para a mudança efetiva de comportamento/posturas. É importante destacar a necessidade de

- acompanhamento dos participantes dos processos formativos após a conclusão dos mesmos.
- Produção de Materiais: disponibilizar canais (e-mail, telefone e perfil em redes sociais) para obter retorno ou posicionamento quando aos conteúdos e informações disponibilizadas nos materiais (envio de questionamento, contribuições e eventuais reclamações).
- Ferramentas eletrônicas: disponibilizar formulário de satisfação e encaminhamentos de questionamentos, contribuições e eventuais reclamações.

Para monitoramento das ações foram propostos ainda "indicadores qualitativos" que apresentam os conteúdos a serem pesquisados, quando aplicáveis. Nas pesquisas que forem realizadas junto aos públicos-alvo, deve-se buscar identificar mudança (após as ações de educação ambiental) quanto ao conhecimento dos participantes. A seguir estão listadas algumas alternativas metodológicas para as pesquisas de satisfação:

- NPS Metodologia criada para estimar a satisfação do cliente em três categorias de classificação em função da resposta a um questionamento único, baseado em nota atribuída (de 0 a 10).
- Escala Likert Trata-se de uma metodologia de formulação das perguntas
 (5 alternativas) que evita ao máximo influenciar na resposta dos entrevistados.
- Pesquisa de satisfação com posicionamento institucional É uma ferramenta mais profunda e busca identificar como a instituição (como um todo) é enxergada e percebida pelos seus públicos-alvo através da escolha de afirmativas.

ORIENTAÇÃO PARA O USO DE INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ainda no contexto dos indicadores de avalição apresentados neste caderno, devem ser considerados, quando houver o detalhamento executivo das ações, os Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental¹.

Esse conjunto de indicadores foi elaborado por meio de processos participativos, conduzidos pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), em todas as regiões do Brasil. Compreendem um grupo de 27 indicadores construídos a partir de oito dimensões, conforme apresentado na figura a seguir.

Cada indicador possui uma ficha metodológica para a sua aplicação, que traz a tipologia, objetivos, descrição da importância do indicador no contexto das políticas públicas de Educação Ambiental, conceitos, definições e um fluxograma com questões serem respondidas e que resultarão na pontuação do indicador.

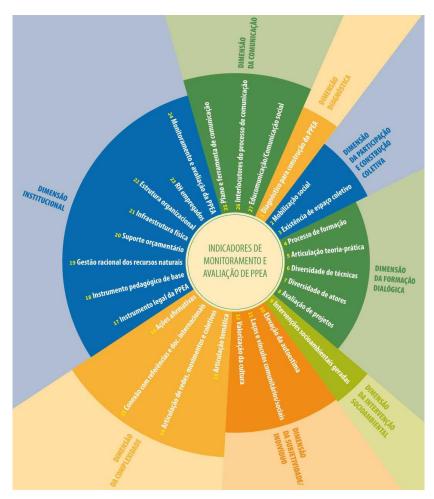


Figura 5.2 – Indicadores de Monitoramento e Avaliação de PPEA. Fonte: https://www.funbea.org.br/indicadores-de-ea/

26

¹ Documento disponível em: https://www.funbea.org.br/indicadores-de-ea/. Acesso em 20.out.2019.

6 SÍNTESE DA PRIORIZAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

Este item apresenta a síntese da priorização dos programas e ações. A Figura 6.1 apresenta a contagem do número de ações conforme priorização. O Quadro 6.1 apresenta as ações do Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, conforme a prioridade.

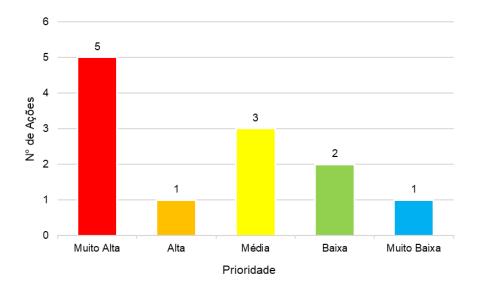


Figura 6.1 - Contagem do número de ações conforme priorização.

Quadro 6.1 - Ações e respectiva priorização do Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CEAIDPT)

(CEAIDFT)	
Ação	Prioridade
1.1.1 - Elaboração e execução de um Plano de Comunicação para o fortalecimento da comunicação entre a sociedade civil e os Comitês PCJ	Muito Alta
1.2.1 - Elaboração de diagnóstico da situação dos programas de educação ambiental dos empreendimentos analisados pelos Comitês PCJ	Baixa
1.2.2 - Elaboração de proposta de acompanhamento dos Programas de Educação Ambiental dos empreendimentos analisados pelos Comitês PCJ.	Muito Baixa
2.1.1 - Realização de processos formativos de comunicadores	Média
2.1.2 - Realização de processos formativos e campanhas educativas sobre a realidade das Bacias PCJ	Muito Alta
2.1.3 - Elaboração e divulgação de materiais educativos	Média
2.2.1 - Elaboração de propostas para órgãos de financiamento em pesquisas	Média
2.2.2 - Divulgação e facilitação de acesso à informação sobre pesquisas (em execução e concluídas) e inovações tecnológicas	Baixa
2.2.3 - Apoio ao desenvolvimento e difusão de pesquisas e tecnologias que contribuam no enfrentamento dos desafios identificados no Plano das Bacias PCJ	Alta
3.1.1 - Processos formativos de representantes dos poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários sobre a realidade socioambiental das Bacias PCJ e as prioridades do Plano de Bacias	Muito Alta
3.1.2 - Elaboração de um Plano de Capacitação Técnica e realização de processos formativos nas áreas de atuação das Câmaras Técnicas	Muito Alta
4.1.1 - Construção de propostas para a recuperação, conservação e proteção dos recursos hídricos em áreas rurais	Muito Alta

7 DIRETRIZES ESTRATÉGIAS PARA O TEMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

Para o tema em questão destacam-se as seguintes diretrizes:

- Incentivar processos de educação ambiental voltada aos recursos hídricos, considerando a bacia hidrográfica como unidade territorial, contemplando:
 - o incentivo à construção coletiva e contínua do conhecimento;
 - o o fomento à educomunicação;
 - a consolidação das Políticas Nacional, Paulista e Mineira de Recursos Hídricos;
 - a compreensão integrada, complexa e crítica do meio ambiente;
 - a construção da cidadania e o incentivo à participação na gestão dos recursos hídricos;
 - a consciência ética e respeito a todas as formas de vida e a valorização dos saberes locais;
 - o a diversidade e transversalidade na Educação Ambiental;
 - a construção coletiva de materiais educativos e comunicativos:
 - a articulação entre as Câmaras Técnicas dos Comitês
 PCJ;

- Fortalecer e desenvolver formas de comunicação externa e interna nos Comitês PCJ e realizar integração e difusão de pesquisas e tecnologias que possam contribuir na gestão de recursos hídricos;
- Fomentar a capacitação para fortalecer processos de tomada de decisão sobre assuntos relacionados à gestão dos recursos hídricos no âmbito das Bacias PCJ;
- Promover a educação ambiental voltada à conservação dos recursos hídricos em áreas rurais e áreas protegidas;
- Promover a atualização da Política de Educação Ambiental dos Comitês
 PCJ;
- Criar mecanismos para fortalecer a integração dos diversos agentes atuantes no âmbito dos Comitês PCJ:
- Promover a formação sobre a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, discutindo a incorporação dos princípios desta no âmbito municipal;
- Realizar eventos periódicos para a apresentação de trabalhos e trocas de experiências entre membros das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;
- Identificar as demandas de inovação em tecnologia e gestão de recursos hídricos e estabelecer diálogo entre pesquisadores e atores locais;
- Estabelecer procedimentos para viabilização de parcerias em pesquisas e inovações tecnológicas, incentivando a formação de grupos envolvendo órgãos de fomento de pesquisas, visando o debate e produção de estudos que tratem dos desafios do Plano das Bacias PCJ;
- Fomentar processos de mobilização e comunicação social que incentivem a participação de novos atores nos Comitês PCJ.













